



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CAMPUS AGRESTE  
NÚCLEO DE GESTÃO  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

GUSTAVO HENRIQUE GOMES NEVES

**O PROCESSO DA REINDUSTRIALIZAÇÃO NA ECONOMIA BRASILEIRA:** uma  
análise macroeconômica

Caruaru  
2025

GUSTAVO HENRIQUE GOMES NEVES

**O PROCESSO DA REINDUSTRIALIZAÇÃO NA ECONOMIA BRASILEIRA:** uma  
análise macroeconômica

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Ciências  
Econômicas do Campus Agreste da  
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE,  
na modalidade de monografia, como requisito  
parcial para a obtenção do grau de bacharel em  
Ciências Econômicas.

**Área de concentração:** Indústria.

**Orientador:** Prof. Dr. Marcio Miceli Maciel de Sousa

Caruaru

2025

## **O processo da reindustrialização na economia brasileira: uma análise macroeconômica**

### **The process of reindustrialization in the Brazilian economy: a macroeconomic analysis**

**Gustavo Henrique Gomes Neves<sup>1</sup>**

---

#### **RESUMO**

O artigo aborda a desindustrialização no Brasil e a necessidade de reindustrialização alinhada com práticas sustentáveis e integração global. Então dessa forma, são analisadas as causas históricas, econômicas e sociais do processo descrito e sua magnitude. Neste sentido, são discutidas estratégias para revitalizar a indústria, considerando a inovação, o emprego e o seu valor agregado. A metodologia adotada baseia-se em uma revisão bibliográfica extensiva e na análise de dados secundários provenientes de fontes oficiais, como o IBGE e o IPEADATA. O estudo realiza uma análise longitudinal da trajetória industrial brasileira, considerando indicadores econômicos e sociais ao longo do período de 2002 a 2025. Além disso, são examinados de forma breve fatores internos e externos que influenciaram as mudanças na atividade industrial, bem como as políticas públicas implementadas para promover a reindustrialização. A adoção de práticas inovadoras e o fortalecimento da competitividade industrial são essenciais para reverter o processo de desindustrialização e posicionar o Brasil de forma mais robusta no cenário econômico global.

**Palavras-chave:** Reindustrialização; Integração Global; Sustentabilidade Industrial; Políticas Públicas Industriais; Desindustrialização.

---

#### **ABSTRACT**

This article addresses deindustrialization in Brazil and the need for reindustrialization aligned with sustainable practices and global integration. The article analyzes the historical, economic, and social causes of this process and its magnitude. Strategies to revitalize industry are discussed, considering innovation, employment, and added value. The methodology

---

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: gustavo.neves@ufpe.br

adopted is based on an extensive literature review and the analysis of secondary data from official sources, such as the IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics) and IPEADATA (Brazilian Institute of Geography and Statistics). The study conducts a longitudinal analysis of Brazil's industrial trajectory, considering economic and social indicators from 2002 to 2025. Furthermore, it briefly examines internal and external factors that influenced changes in industrial activity, as well as the public policies implemented to promote reindustrialization. Adopting innovative practices and strengthening industrial competitiveness are essential to reversing the deindustrialization process and positioning Brazil more robustly in the global economic landscape.

**Keywords:** Reindustrialization; Global Integration; Industrial Sustainability; Industrial Public Policies; Deindustrialization.

---

**DATA DE APROVAÇÃO:** 08 de agosto de 2025.

---

## 1 INTRODUÇÃO

A indústria desempenha um papel estratégico no desenvolvimento econômico, social e ambiental de um país. Trata-se de um setor que impulsiona a inovação, gera empregos qualificados, aumenta a produtividade, promove a diversificação produtiva e contribui de forma decisiva para a formação bruta de capital fixo e para a inserção internacional. No entanto, o Brasil tem enfrentado, desde meados da década de 1980, um persistente e prematuro processo de desindustrialização, caracterizado pela queda contínua da participação da indústria de transformação no Produto Interno Bruto (PIB), no emprego, nas exportações e nos investimentos produtivos (MAGALHÃES, 2023).

Esse fenômeno se agravou a partir dos anos 2000 com a combinação de fatores como: a) a abertura comercial; b) a valorização cambial; c) a reprimarização das exportações; d) o esvaziamento de políticas industriais consistentes e a crescente dependência de produtos manufaturados importados. Como consequência, o país passou a apresentar uma menor complexidade econômica, perda de capacidade tecnológica, aumento da vulnerabilidade externa e dificuldades em gerar empregos de maior valor agregado (WENTZEL, 2016). Esse cenário compromete não apenas o dinamismo da economia nacional, mas também sua autonomia e sustentabilidade de longo prazo.

Diante desse quadro, emergem no debate público e acadêmico propostas de reindustrialização como resposta aos desafios do crescimento e da transformação estrutural. A reindustrialização, porém, não pode ser concebida como uma simples retomada dos padrões produtivos do passado. Ela deve estar ancorada em novas diretrizes, capazes de promover a modernização tecnológica, a sustentabilidade ambiental e a integração nas cadeias globais de valor, considerando os avanços da Indústria 4.0, os compromissos com a transição energética e a necessidade de inclusão social (DORÉ; TEIXEIRA, 2022).

No contexto brasileiro recente, estratégias voltadas à reindustrialização têm ganhado força, especialmente com o relançamento de políticas industriais e a incorporação de metas sustentáveis nos planos de desenvolvimento. Ainda assim, persistem desafios como a baixa taxa de investimento, a fragilidade institucional, a escassez de financiamento produtivo e a necessidade de articulação entre diferentes esferas de governo e agentes econômicos (HIRATUKA; SARTI, 2017).

Este trabalho propõe-se, assim, a analisar os fatores responsáveis pelo processo de desindustrialização, bem como os caminhos para a reindustrialização no Brasil, com especial atenção aos fatores históricos, econômicos, políticos, sociais e ambientais que moldam esse processo. O objetivo geral é compreender de que forma a trajetória industrial brasileira foi impactada nas últimas décadas e quais caminhos podem ser trilhados para uma reconstrução industrial compatível com os desafios do século XXI.

Nesse sentido, busca-se responder às seguintes questões centrais: Como ocorreu a desindustrialização no Brasil e quais foram os seus efeitos sobre a economia e a sociedade? Quais políticas públicas e estratégias podem ser mobilizadas para impulsionar a reindustrialização nacional? Quais setores e cadeias produtivas apresentam maior potencial de dinamismo e inovação nesse novo cenário? E, finalmente, como conciliar os imperativos do crescimento industrial com os compromissos ambientais e sociais contemporâneos?

A partir dessas indagações, o trabalho será dividido em três seções, além da introdução e da conclusão. A primeira seção tratará do conceito de desindustrialização, suas tipologias, causas e implicações. A segunda analisará o caso brasileiro, mapeando as transformações estruturais que impactaram o setor industrial nas últimas décadas, enquanto a terceira seção discutirá as oportunidades e obstáculos da reindustrialização, com ênfase nas políticas industriais recentes, nos setores estratégicos e nas tendências globais. A conclusão apresentará uma síntese dos principais resultados e recomendações para futuras pesquisas e formulações políticas.

O presente artigo tem como objetivo geral analisar as causas do processo de

desindustrialização no Brasil e as suas consequências, ao mesmo tempo em que busca compreender as possibilidades de reindustrialização do país. Para tanto, são considerados os aspectos históricos, econômicos, políticos, sociais e ambientais que moldaram e continuam a influenciar a dinâmica da indústria nacional.

Entre os objetivos específicos, destaca-se a análise dos fatores que levaram o Brasil a vivenciar a desindustrialização, com atenção especial às transformações estruturais da economia e às mudanças no contexto internacional. Além disso, pretende-se propor estratégias e políticas públicas capazes de estimular a reindustrialização, levando em conta os desafios internos e externos que se apresentam na atualidade.

Por fim, busca-se avaliar os setores e as cadeias produtivas que apresentam maior potencial para serem beneficiados pela reindustrialização, considerando sua capacidade de inovação, geração de emprego e renda, agregação de valor e inserção competitiva no mercado global.

Definiu-se a abordagem metodológica deste estudo com base em uma revisão bibliográfica extensiva e na análise de dados secundários, adotando como recorte temporal o período de janeiro de 2002 a fevereiro de 2025. Esse intervalo permite capturar tanto o momento imediatamente anterior ao aprofundamento do processo de desindustrialização dos anos 2000 quanto os esforços mais recentes de reindustrialização, incluindo programas lançados até 2025.

A revisão bibliográfica constitui a espinha dorsal da pesquisa, fornecendo o suporte teórico e contextual para a investigação. Foram examinadas fontes primárias e secundárias — artigos acadêmicos, teses, relatórios governamentais (IBGE, IPEA, BNDES), documentos de organismos internacionais e publicações de institutos de pesquisa — escolhidas com base em seu rigor metodológico, relevância temática e atualidade. A seleção priorizou estudos que abordam a evolução da indústria brasileira desde 2002, os fatores que influenciaram sua retração e as iniciativas de reconstrução industrial implementadas até 2025.

Para a análise longitudinal da trajetória industrial, foram utilizados indicadores econômicos e sociais disponíveis no SIDRA/IBGE, no IPEADATA e em bases do BNDES, cobrindo o período definido. Essa abordagem permitiu identificar fases de expansão e contração, assim como avaliar o impacto de políticas públicas e choques exógenos (crise financeira de 2008–09, recessão de 2014–16, pandemia de COVID-19 e programas de estímulo pós-2020).

A investigação também teve um recorte sincrônico em momentos-chave (por exemplo, data de lançamento da PITCE em 2004, do Plano Brasil Maior em 2011, da Nova Indústria Brasil em 2023), de modo a desenvolver “fotografias” detalhadas que relacionaram políticas econômicas, contextos globais e respostas setoriais específicas. Essa combinação de análise

longitudinal e sincrônica propiciou uma compreensão dinâmica dos determinantes do desempenho industrial ao longo de quase um quarto de século.

Adotou-se, ainda, uma abordagem multidisciplinar para examinar a desindustrialização e a reindustrialização em seus aspectos econômicos, políticos e sociais. Dados quantitativos serão complementados por insights qualitativos extraídos de entrevistas com especialistas (economistas, gestores do BNDES, dirigentes de associações industriais) quando disponíveis em literatura e relatórios, garantindo uma narrativa rica em evidências.

Finalmente, todas as limitações metodológicas — como a disponibilidade e comparabilidade de séries históricas, possíveis vieses de fontes e restrições de acesso a dados preliminares de 2025 — foram reconhecidas e discutidas, visando assegurar que as conclusões sejam sólidas e úteis para formuladores de políticas, acadêmicos e demais interessados no futuro da indústria brasileira.

---

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

Esta seção revisa criticamente as principais contribuições acadêmicas e empíricas sobre desindustrialização e reindustrialização no Brasil, identificando definições, causas, impactos e respostas de política pública.

O processo de industrialização brasileira, caracterizado como tardio em comparação aos países centrais, teve no modelo desenvolvimentista e nas teses da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) seu principal impulso a partir da década de 1930. A crise do modelo agroexportador, agravada pela Grande Depressão de 1929, desestruturou a economia dependente do café e criou as condições para uma reorientação estratégica. Nesse contexto, o Processo de Substituição de Importações (PSI) emergiu como eixo central, baseado na tese da deterioração dos termos de troca e da necessidade de superação da dependência externa mediante a industrialização orientada para o mercado interno. Inspirados nas análises de Celso Furtado, os formuladores brasileiros defendiam que apenas a intervenção estatal poderia romper o ciclo de subdesenvolvimento, promovendo a diversificação produtiva e reduzindo a vulnerabilidade às flutuações do comércio internacional. (FURTADO, 2020)

A Era Vargas (1930-1945) constituiu o laboratório inicial do PSI, marcado por políticas intervencionistas que reconfiguraram o papel do Estado na economia. Diante do colapso das exportações de café, o governo adotou medidas heterodoxas: desvalorização cambial, controle

de importações, expansão do crédito e investimentos em infraestrutura e indústria de base. A criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1942 e da Petrobras em 1953 simbolizou essa fase, atendendo à demanda por insumos básicos (aço e energia) e reduzindo a dependência de bens de capital importados. Segundo a visão cepalina, essas ações representavam uma ruptura com o passado agroexportador, deslocando o "centro dinâmico" da economia para o mercado interno. Furtado argumentava que a crise gerara "choques adversos" que, combinados com políticas keynesianas *avant la lettre*, estimularam a industrialização por substituição de importações de bens de consumo não duráveis, como têxteis e alimentos. (COLISTETE, 2001)

O modelo ganhou escala e sofisticação durante o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), sob o Plano de Metas, que priorizou a atração de investimentos estrangeiros para setores estratégicos, como a indústria automobilística. A abertura ao capital multinacional, associada a investimentos em infraestrutura (rodovias, energia) e à isenção fiscal, permitiu a transição para uma fase mais complexa do PSI: a produção doméstica de bens de consumo duráveis. Contudo, essa etapa evidenciou contradições inerentes ao modelo. Enquanto a produção de automóveis e eletrodomésticos florescia, a incapacidade de desenvolver uma indústria de bens de capital autônoma perpetuou a dependência tecnológica e de insumos importados. Além disso, a concentração espacial no Sudeste e os subsídios ao capital intensificaram as desigualdades regionais e sociais, limitando a formação de um mercado de massa integrado.

As críticas ao PSI, polarizadas no debate entre Furtado e o economista liberal Manuel Peláez, revelam suas ambiguidades. Peláez contestava a tese da ruptura pós-1930, argumentando que a industrialização tinha raízes anteriores e crescera de forma complementar ao setor exportador, não como resultado de "choques adversos". Para ele, o intervencionismo estatal superestimara sua própria contribuição, ignorando a continuidade do desenvolvimento industrial. Já os limites estruturais do modelo tornaram-se evidentes nos anos 1960: desequilíbrios crônicos na balança comercial (devido à importação de máquinas e tecnologia), escassez de financiamento de longo prazo e elevada concentração de renda. Tais fragilidades, somadas à instabilidade política, impediram a transição para uma etapa de substituição de importações de bens de capital, essencial para a autonomia tecnológica. (CARDOSO; FALETTO, 1977)

Apesar de seu declínio como política explícita após a década de 1970, o legado do PSI moldou a economia brasileira contemporânea. Ele permitiu a construção de um parque industrial diversificado, hoje incluindo setores como automotivo, siderúrgico, petroquímico e

de alimentos, e inseriu o país nas cadeias globais de produção. Contudo, também legou desafios persistentes: dependência tecnológica, vulnerabilidade externa e assimetrias regionais. A superação desses entraves exigiria, conforme alertava Furtado, não apenas políticas industriais, mas um projeto nacional que articule educação, inovação e redução das desigualdades – lições ainda relevantes para o desenvolvimento brasileiro no século XXI.

Definem-se os contornos do processo de desindustrialização que começou na década de 1980 e se aprofundou nos anos 2000. Em seguida, discutem-se as hipóteses explicativas — como a doença holandesa, a abertura comercial e a globalização — e avaliam-se seus efeitos sobre a complexidade produtiva, o emprego e a renda. Por fim, analisam-se as políticas de reindustrialização desde a PITCE (2004) até a Nova Indústria Brasil, assim como as perspectivas de integração com agendas de sustentabilidade e inovação. Em cada etapa, recorre-se a estudos de referência nacional e internacional, garantindo uma visão abrangente e fundamentada.

A desindustrialização no Brasil manifesta-se pela redução da participação agregada da indústria de transformação no PIB, pela perda de participação de subsetores industriais tecnológicos e pela contração relativa do emprego na indústria. Conforme dados do IPEA, o grau de industrialização brasileiro caiu de 35,9% em 1985 para 9,8% em 2013, representando uma retração de mais de 72% em três décadas. Esse movimento precoce, anterior ao esgotamento do potencial de crescimento industrial, também se acompanhou de reprimarização das exportações, com aumento do peso das commodities em detrimento dos manufaturados (MAGALHÃES, 2023).

As causas desse declínio são múltiplas e convergiram para um quadro de perda de competitividade: a) após a crise da dívida externa; b) o Plano Real e c) as reformas de estabilidade dos anos 1990, as quais fomentaram um câmbio valorizado e taxas de juros elevadas, elementos que favoreceram a entrada de manufaturados importados em detrimento da produção nacional. Ao mesmo tempo, a saída de multinacionais e a paralisação de investimentos estratégicos aprofundaram a redução do parque fabril, evidenciando a dificuldade de reinvestimento em setores de maior valor agregado (FERRAZ JR, 2021).

Em resposta a esse quadro, o Estado brasileiro instituiu em 2004 o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), criado pela Lei 11.080, com o mandato de formular e deliberar políticas industriais de longo prazo. No mesmo ano, foi lançada a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), que estabeleceu linhas de ação para modernização tecnológica, inserção externa e arranjos produtivos locais, embora tenha sofrido limitações de continuidade institucional e coordenação interministerial (SALERNO, 2004).

Posteriormente, ampliou-se o escopo dessas iniciativas com a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e o Plano Brasil Maior, que adicionaram incentivos fiscais e financiamentos para inovação, bem como medidas defensivas durante crises externas. Mais recentemente, em 6 de julho de 2023, a Resolução CNDI/MDIC nº 1 instituiu a “Nova Indústria Brasil” (NIB), programa estruturado em seis missões estratégicas que combinam transição ecológica, digitalização e integração em cadeias globais de valor com o objetivo de “superar o atraso produtivo e tecnológico” do país.

Para operacionalizar as missões da NIB (Nova Indústria Brasil), o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e a Finep ampliaram linhas de crédito e programas de apoio à inovação, enquanto a Embrapii passou a atuar como elo de transferência tecnológica. O Programa BNDES Mais Inovação, por exemplo, segue as diretrizes das missões CNDI (Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial), incluindo cadeias agroindustriais sustentáveis, transformação digital e infraestrutura resiliente, sinalizando a importância de financiamento de longo prazo para projetos industriais verdes.

A experiência internacional, sobretudo na China e na Índia, reforça a necessidade de um Estado ativo, capaz de coordenar investimentos públicos, parcerias público-privadas e políticas de capacitação de capital humano. Embora o Brasil ainda confronte desafios de infraestrutura, burocracia e burocracia tributária, a agenda de reindustrialização — agora refratada pela ênfase na sustentabilidade e na Indústria 4.0 — aponta para um novo paradigma de desenvolvimento, em que a convergência entre macroeconomia estável, políticas industriais ativas e inovação tecnológica seja capaz de reconstruir uma base produtiva diversificada, competitiva e ambientalmente responsável.

A literatura sugere uma variedade de estratégias para a reindustrialização, que vão desde a adoção de políticas cambiais favoráveis até o investimento em educação e inovação. A experiência internacional oferece insights valiosos para o desenvolvimento de políticas adaptadas à realidade brasileira, por isso devemos sempre olhar os resultados positivos de outros países para saber o que fazer e o que não fazer. Então todo o processo é visto como uma oportunidade para o Brasil não apenas recuperar sua capacidade produtiva, mas também para avançar em direção a uma economia mais diversificada e tecnologicamente avançada.

A incorporação de estudos de caso dos BRICS desempenha um papel vital na compreensão da inter-relação entre o desenvolvimento científico-tecnológico e a capacidade industrial. Estes países, representando economias emergentes significativas, oferecem um panorama diversificado de como políticas inovadoras e investimentos em pesquisa e desenvolvimento podem impulsionar o crescimento industrial. Por exemplo, a Índia, com seu robusto setor de

tecnologia da informação, ilustra como o investimento em capital humano e tecnologia pode resultar em um setor industrial avançado e competitivo globalmente (KUBOTA, 2020)

Da mesma forma, a China demonstra o impacto de uma estratégia de desenvolvimento orientada para a exportação, combinada com uma forte ênfase em inovação, na transformação de sua base industrial. Esses estudos de caso são essenciais para identificar práticas que podem ser adaptadas ao contexto brasileiro, visando fortalecer a capacidade industrial do país e reavivar seu papel no cenário econômico global (KUBOTA, 2020)

Outro elemento-chave na estratégia de reindustrialização do Brasil é o foco na sustentabilidade, visando a transição para processos industriais ecologicamente corretos, ao mesmo tempo em que promove o crescimento econômico. Essa ênfase dupla reflete o reconhecimento da necessidade urgente de abordar as mudanças climáticas e a degradação ambiental, ao mesmo tempo em que rejuvenesce a economia. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desempenha um papel fundamental no financiamento dessas iniciativas, sinalizando a importância da coordenação do apoio governamental à política industrial. (IASCO-PEREIRA; MORCEIRO, 2024)

Justamente por isso que podemos afirmar que o Estado desempenha um papel fundamental na reindustrialização, por servir como articulador de políticas públicas que incentivem o desenvolvimento industrial além de conseguir implementar subsídios para que a economia funcione de forma aceitável. O artigo de Bresser-Pereira, “A reconstrução da indústria brasileira: a conexão entre o regime macroeconômico e a política industrial” destaca a necessidade de um regime macroeconômico estável e políticas industriais ativas para promover a reindustrialização. Ele ainda explica que sem uma taxa de câmbio competitiva e uma política industrial que favoreça a inovação e a diversificação, o Brasil continuará a enfrentar obstáculos para seu desenvolvimento econômico.

Com base em todas as características tidas até então, podemos afirmar que o Brasil enfrenta desafios como a infraestrutura deficiente e a necessidade de reformas estruturais. No entanto, também existem oportunidades, como o potencial para desenvolver indústrias sustentáveis e tecnologicamente avançadas, então é essencial que sempre que for abordar o assunto, é preciso ter em mente que deve ser acompanhado de uma visão de longo prazo que integre políticas ambientais, sociais e econômicas.

---

### 3 CONTEXTO HISTÓRICO

A industrialização do Brasil passou por transformações significativas desde o século XIX, com diversas políticas econômicas e tendências globais moldando sua trajetória. Os primeiros esforços na industrialização começaram durante a era Imperial, particularmente com o estabelecimento da indústria têxtil no Recife em 1826 e o desenvolvimento da fábrica metalúrgica Ponta d' Areia em Niterói (VAINFAS, 2011). O cenário industrial evoluiu consideravelmente durante a República Velha, mas enfrentou desafios que perduraram até meados do século XX.

O regime Vargas, que governou de 1930 a 1945, implementou políticas de Industrialização por Substituição de Importações (ISI) que visavam reduzir a dependência de produtos estrangeiros e fomentar a produção doméstica. Essa abordagem marcou um período significativo de expansão industrial no Brasil, particularmente após a Segunda Guerra Mundial, o que estimulou políticas desenvolvimentistas que priorizavam o crescimento econômico e a diversificação (MONTGOMERY, 2024). No entanto, na década de 1980, a flutuação dessas estratégias de desenvolvimento começou a diminuir. Esse período foi caracterizado por uma grave turbulência econômica, incluindo uma crise de dívida e alta inflação, culminando no que é frequentemente chamado de "década perdida", onde a renda per-capita estagnou e o crescimento econômico vacilou, com escassos recursos para investimento estatal (DORÉ; TEIXEIRA, 2022).

O início da década de 1980 marcou o início da desindustrialização no Brasil, uma tendência impulsionada pelos encargos da dívida externa e mudanças nas condições econômicas globais. O setor manufatureiro do país enfrentou desafios estruturais enquanto lutava para se adaptar a um cenário econômico em rápida mudança, levando ao que foi denominado desindustrialização prematura (NASSIF; MORCEIRO, 2021). Esse processo foi exacerbado pela transição mais ampla para economias orientadas a serviços e um declínio no emprego manufatureiro, particularmente em indústrias de mão-de-obra intensiva (GREENSTEIN, 2015).

No século XXI, o Brasil enfrentou complexidades adicionais, como o impacto da Operação Lava-Jato no desenvolvimento industrial, bem como as políticas econômicas implementadas durante os governos dos presidentes Lula da Silva e Dilma Rousseff, que buscavam estimular o crescimento em meio à crescente competição global (MONTGOMERY, 2024).

O início da pandemia da COVID-19 complicou ainda mais esses desafios, com as políticas do presidente Jair Bolsonaro influenciando a trajetória de recuperação econômica e exacerbando as vulnerabilidades existentes no setor industrial. Assim, o contexto histórico da desindustrialização no Brasil está entrelaçado com uma série de fatores políticos, econômicos

e globais que continuam a moldar o cenário industrial do país. (MONTGOMERY, 2024)

Uma causa primária da desindustrialização no Brasil tem sido a tendência global de desindustrialização prematura, particularmente evidente em países em desenvolvimento. Esse fenômeno ocorre quando um país experimenta um declínio no emprego industrial em níveis mais baixos de renda per-capita, frequentemente impulsionado por avanços tecnológicos que aumentam a produtividade, mas reduzem a necessidade de mão de obra em setores de manufatura. No Brasil, esta tendência resultou numa diminuição da participação da indústria no emprego total, agravada pelas dificuldades de acesso a tecnologias avançadas e à investigação e desenvolvimento de economias mais desenvolvidas. (NASSIF; MORCEIRO, 2021)

### **3.1 Causas da Desindustrialização**

A desindustrialização no Brasil tem sido influenciada por uma interação complexa de políticas econômicas, dinâmica de mercado e mudanças estruturais em contextos domésticos e internacionais. O processo tem sido caracterizado por uma mudança da manufatura para o emprego orientado a serviços, impactando significativamente o cenário econômico geral.

Uma causa primária da desindustrialização no Brasil tem sido a tendência global de desindustrialização prematura, particularmente evidente em países em desenvolvimento. Esse fenômeno ocorre quando um país experimenta um declínio no emprego industrial em níveis mais baixos de renda per capita, frequentemente impulsionado por avanços tecnológicos que aumentam a produtividade, mas reduzem a necessidade de mão de obra em setores de manufatura.(NASSIF; MORCEIRO, 2021) No Brasil, esta tendência resultou numa diminuição da participação da indústria no emprego total, agravada pelas dificuldades de acesso a tecnologias avançadas e à investigação e desenvolvimento de economias mais desenvolvidas.

As políticas econômicas do Brasil, particularmente aquelas instituídas no final do século XX, também contribuíram para a desindustrialização. O estabelecimento do "Tripé Macroeconômico" — compreendendo um regime de metas de inflação, uma taxa de câmbio flutuante e metas primárias de superávit fiscal — pretendia estabilizar a economia. No entanto, essas políticas muitas vezes foram administradas de maneira ortodoxa, limitando a capacidade do governo de promover o crescimento industrial de forma eficaz. Além disso, medidas protecionistas, embora destinadas a impulsionar as indústrias nacionais, podem ter inadvertidamente restringido a transferência de tecnologia, sufocando a inovação em

setores-chave. (DORÉ; TEIXEIRA, 2022)

O setor manufatureiro no Brasil tem mostrado sinais de desindustrialização não uniformemente em todos os subsetores. Enquanto as indústrias intensivas em mão de obra e em escala têm visto declínios significativos, grupos de manufatura mais inovadores, como máquinas e equipamentos e setores baseados em ciência, têm mostrado resiliência em valor agregado e participações de emprego. No entanto, sua contribuição para a geração geral de emprego permanece relativamente pequena. Isso indica que uma compreensão diferenciada do cenário manufatureiro, particularmente no nível subsetorial, é fundamental para enfrentar os desafios colocados pela desindustrialização prematura.

As consequências socioeconômicas da desindustrialização no Brasil são profundas, pois levantam questões sobre os padrões de vida daqueles que estão fora do emprego formal e a eficácia das medidas para criar novas oportunidades de emprego para substituir os empregos perdidos na indústria.(OSAKABE, 2023) A mudança para uma economia orientada para serviços pode não necessariamente gerar qualidade de emprego ou salários equivalentes, exacerbando assim a desigualdade de renda e prejudicando o bem-estar econômico geral.

### **3.2 Tipos de Desindustrialização**

A desindustrialização no Brasil se manifestou de várias formas, influenciada por uma combinação de fatores econômicos, políticos e sociais. Entender esses tipos é essencial para analisar as implicações mais amplas na economia e na força de trabalho do país.

A desindustrialização estrutural é caracterizada por mudanças significativas na composição da atividade industrial dentro da economia. No Brasil, isso levou ao declínio dos setores de manufatura tradicionais, ao mesmo tempo em que testemunhou o crescimento de empregos de serviços de baixa qualificação. A transição resultou em uma "servicificação" da economia, onde os setores de serviços dominam às custas da produção industrial. Esse tipo de desindustrialização destaca os desafios enfrentados pelo mercado de trabalho, à medida que trabalhadores de setores industriais em declínio lutam para fazer a transição para novas funções em uma economia dominada por serviços (CANO, 2012).

A desindustrialização prematura refere-se ao fenômeno em que países, particularmente os em desenvolvimento como o Brasil, experimentam um declínio no emprego e na produção industrial em um estágio anterior do desenvolvimento econômico do que o normalmente esperado. Essa tendência é particularmente pronunciada no Brasil, onde mudanças institucionais e políticas neoliberais aceleraram o processo de desindustrialização desde a

década de 1980. A participação da indústria no PIB e no emprego diminuiu significativamente, refletindo uma mudança de empregos industriais sem um crescimento correspondente em outros setores (MAIA, 2020).

O impacto da desindustrialização também pode ser analisado através das lentes das categorias de emprego. Estudos indicam que a mudança no Brasil resultou em melhorias predominantemente em setores de baixo desempenho, enquanto a transição de empregos de baixo para alto desempenho foi limitada. Conseqüentemente, embora algum progresso tenha sido feito, ele continua desigual, com famílias lideradas por trabalhadores urbanos de baixo nível ficando atrás de categorias de emprego mais prósperas. Isso indica uma interação complexa entre o tipo de emprego e o cenário econômico geral.(GREENSTEIN, 2015)

Fatores institucionais desempenharam um papel significativo na desindustrialização do Brasil. Políticas promovendo domínio financeiro e liberalização comercial levaram ao aumento da concorrência de importações, impactando negativamente a manufatura local. Além disso, a falta de políticas coordenadas entre o estado e o setor privado exacerbou o declínio da competitividade industrial, revelando a necessidade de estratégias industriais abrangentes para revitalizar o setor. Esse tipo de desindustrialização está profundamente ligado às políticas macroeconômicas que priorizam o controle da inflação em detrimento do estímulo ao crescimento, dificultando a potencial recuperação do setor industrial.(DORÉ; TEIXEIRA, 2022)

### **3.3 Consequências Econômicas**

Um dos efeitos mais diretos da desindustrialização é o declínio do emprego na indústria, que caiu acentuadamente nas últimas décadas. Em países desenvolvidos, esse processo é frequentemente atribuído aos avanços tecnológicos, enquanto no Brasil, a natureza prematura da desindustrialização tem sido associada a mudanças institucionais e ao domínio financeiro, notadamente sob políticas neoliberais. Como resultado, muitos setores intensivos em mão de obra que tradicionalmente forneciam empregos se contraíram, levando ao aumento do desemprego e do subemprego, especialmente entre trabalhadores menos qualificados.

Junto com o declínio da indústria, o Brasil tem experimentado uma mudança em direção ao setor de serviços. Embora essa mudança possa contribuir para o dinamismo econômico, ela também levou a uma dependência excessiva de empregos de serviços pouco qualificados, que oferecem menos segurança no emprego e salários mais baixos em comparação com posições de fabricação. O crescimento de serviços urbanos de baixo nível e empregos secundários de

alto nível ilustra essa tendência; no entanto, muitas vezes deixa para trás os grupos mais vulneráveis, como aqueles de origens rurais ou famílias urbanas de baixo desempenho.(NASSIF; MORCEIRO, 2021)

O processo de desindustrialização impediu a capacidade do Brasil de convergir com economias tecnologicamente mais avançadas. Essa estagnação é caracterizada por uma taxa de crescimento mais lenta do PIB e uma falta de diversificação na base industrial, o que limita a competitividade econômica geral do país no cenário global. A “década perdida” da década de 1980 exemplificou os efeitos prejudiciais da desindustrialização, onde o crescimento econômico despencou e a inflação disparou, atrasando a trajetória de desenvolvimento do país.(BRESSER-PEREIRA, 2019)

A desindustrialização exacerbou as desigualdades sociais no Brasil. Os benefícios das mudanças econômicas não foram distribuídos uniformemente, com muitas famílias em trabalho urbano de baixo nível ficando para trás daquelas em categorias de emprego mais avançadas. Essa disparidade ressalta a persistência de lacunas socioeconômicas que continuam a afetar o acesso a recursos, educação e bem-estar geral. Por exemplo, famílias chefiadas por trabalhadores urbanos de baixo nível mostraram apenas melhorias marginais nos padrões de vida em comparação com suas contrapartes de alto desempenho.

---

#### **4 EVOLUÇÃO CONTEMPORÂNEA DA POLÍTICA INDUSTRIAL NO BRASIL**

Nos últimos anos, o Brasil mudou para políticas industriais orientadas para a missão que visam promover a inovação e enfrentar os desafios sociais, distanciando-se das políticas industriais tradicionais que muitas vezes levavam à substituíbilidade — onde as empresas dependiam de incentivos públicos em vez de fazer seus próprios investimentos. Essas abordagens orientadas para a missão enfatizam a colaboração entre várias partes interessadas para enfrentar problemas sociais significativos, como questões de saúde e ambientais, visando assim aumentar a resiliência e a competitividade das indústrias brasileiras. Por exemplo, o governo lançou um programa para desenvolver o Complexo Econômico e Industrial da Saúde, destinando R\$ 42 bilhões para impulsionar a produção nacional de suprimentos médicos essenciais e vacinas para o sistema de saúde pública.(MARQUES, 2023)

Reconhecendo a necessidade de melhorar a capacidade de formulação de políticas, o governo brasileiro iniciou medidas para lidar com o esvaziamento do serviço público, que afetou a capacidade do estado e o planejamento industrial. O novo Concurso Público Nacional

Unificado visa reconstruir as capacidades de formulação de políticas, inspirado nas práticas bem-sucedidas de países como Cingapura e Japão, que possuem estruturas robustas de serviço público com capacidades de planejamento setorial de longo prazo. A coordenação interministerial e interinstitucional aprimorada também é crucial para criar um sistema de políticas abrangente, abordando sobreposições e lacunas na atual estrutura de política industrial.(LABRUNIE, 2024)

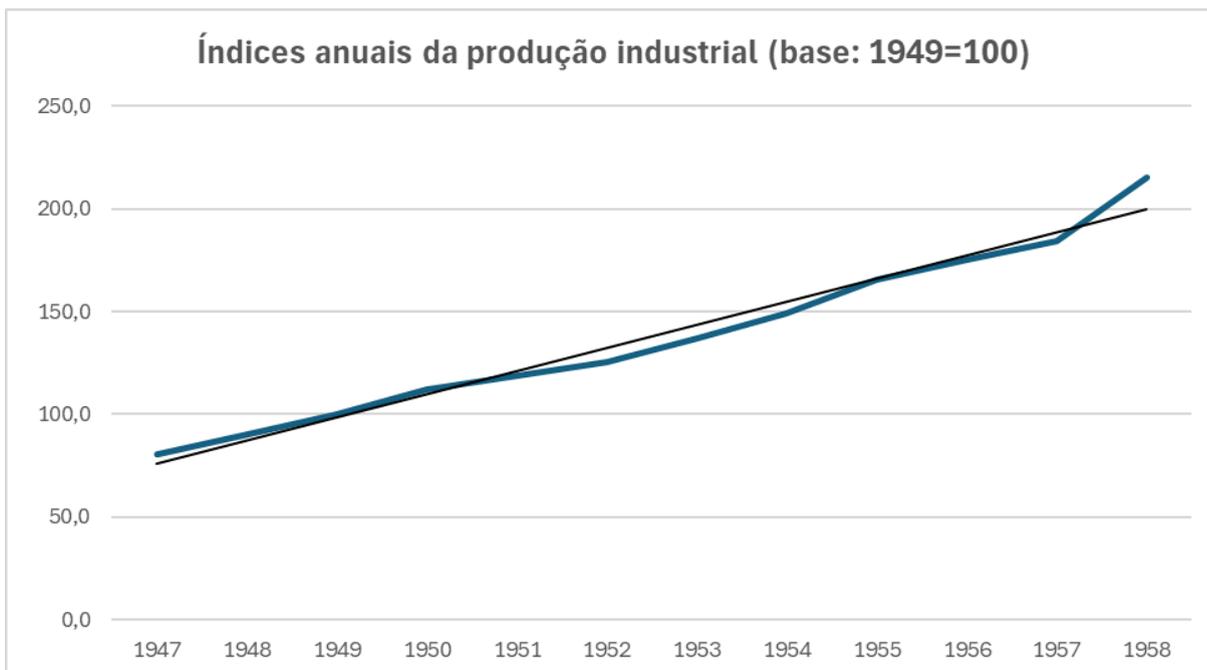
O cenário global para a política industrial mudou significativamente desde a década de 1980, com muitas nações desenvolvidas, como os Estados Unidos e os membros da União Europeia, comprometendo recursos substanciais para estratégias industriais. Esse foco renovado forneceu legitimidade internacional para países em desenvolvimento como o Brasil adotarem e implementarem suas próprias políticas industriais sem as restrições anteriormente impostas por organizações internacionais.(CANO, 2012)

Para neutralizar os efeitos da desindustrialização, o Brasil também implementou intervenções setoriais específicas, como medidas de alívio fiscal da previdência social destinadas a estimular a demanda em vários setores durante crises econômicas. Essas medidas tiveram impactos positivos, embora tendam a se concentrar mais na estimulação da demanda do que em estratégias de investimento de longo prazo. Além disso, o governo está promovendo um plano de investimento privado e público para logística de transporte, embora em uma escala modesta em relação ao PIB, o que reflete um esforço contínuo para melhorar a infraestrutura e apoiar o crescimento industrial.(CANO, 2012)

#### **4.1 Ilustrações**

A indústria no Brasil tem se comportado de forma bastante variável ao longo dos anos e os gráficos a seguir deixam isso evidente. Utilizando o índice de produção física industrial geral, ele revela com clareza como a atividade industrial evoluiu (e oscilou) ao longo do tempo, refletindo crises, recuperações e períodos de estagnação.

Gráfico 1 - Índices anuais da Produção Industrial de 1947 até 1958.



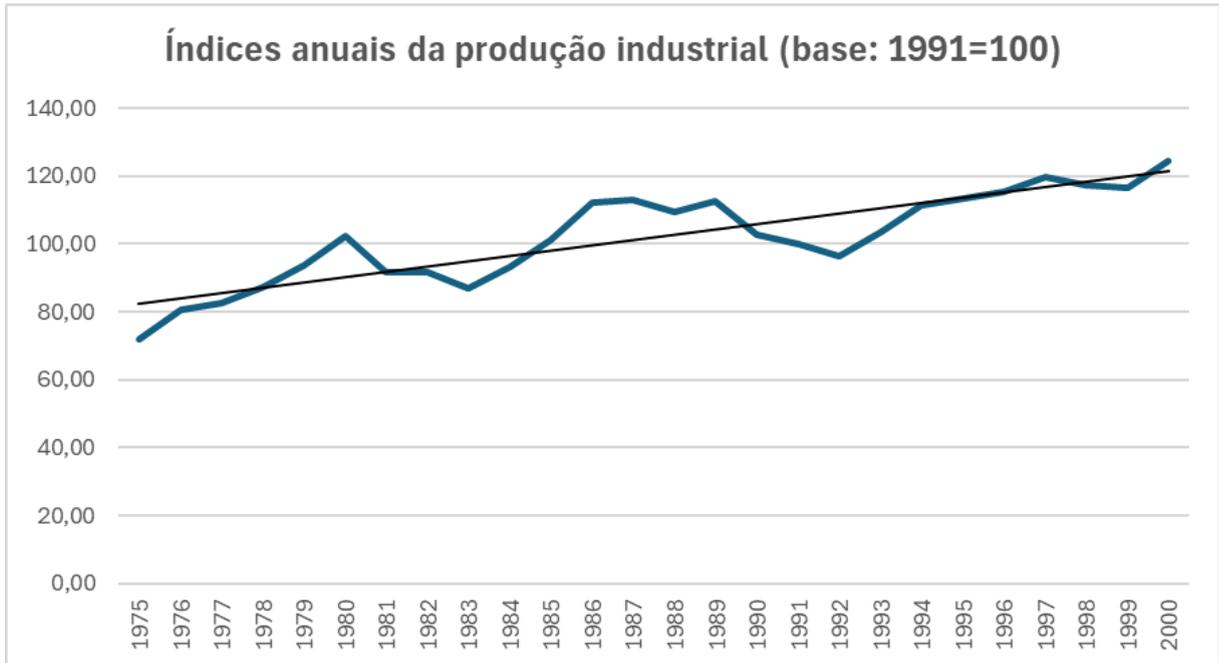
Fonte: IBGE, 2025.

A partir de 1947, observa-se um ritmo constante de crescimento industrial, que se intensifica a partir de 1954. Isso coincide com o período em que o Brasil começou a implementar políticas mais claras de industrialização por substituição de importações (ISI), além de um maior investimento estatal em infraestrutura e indústria de base, especialmente durante o governo de Getúlio Vargas (1951–1954) e, posteriormente, com Juscelino Kubitschek (1956–1961).

O salto mais acentuado ocorre entre 1957 e 1958, quando o índice sobe de forma significativa, indicando um acelerado crescimento da produção industrial. Isso pode estar relacionado com o início do Plano de Metas de JK, que priorizava setores estratégicos como energia, transporte e indústria de bens de capital, e atraiu capital estrangeiro e nacional para impulsionar a indústria automobilística, siderúrgica e de construção pesada.

Esse crescimento industrial nos anos 1950 marcou o início de uma fase de modernização econômica do Brasil, contribuindo para transformar o país de uma economia essencialmente agrária para uma economia com base urbana-industrial. O gráfico, portanto, ilustra um momento-chave de arranque industrial que moldou as bases da estrutura produtiva nacional para as décadas seguintes.

Gráfico 2 - Índices anuais da Produção Industrial de 1975 até 2000.



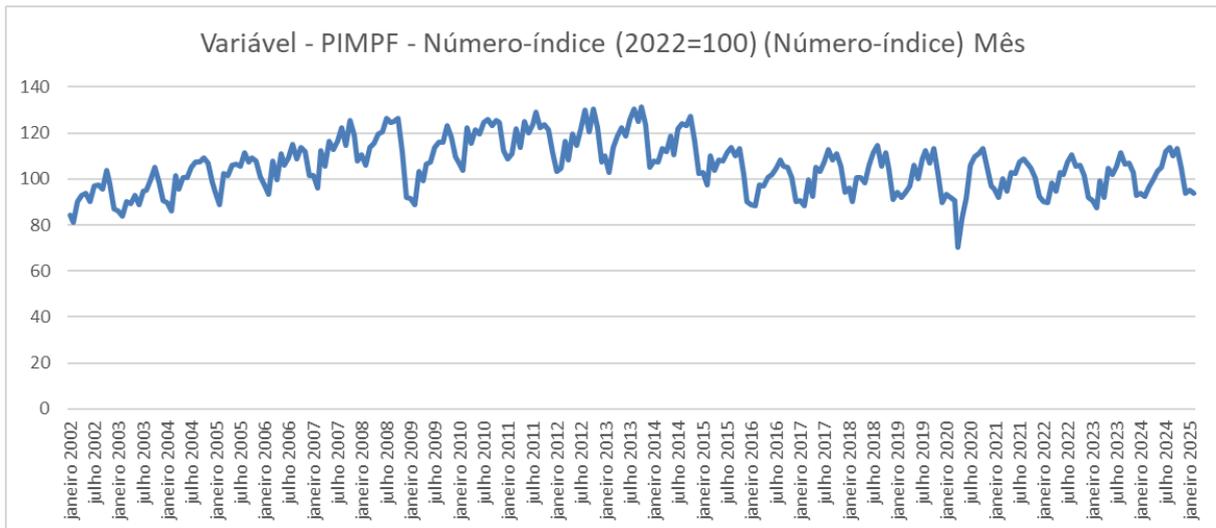
Fonte: IBGE, 2025.

Entre 1975 e 1980, observa-se um crescimento consistente da produção industrial, impulsionado ainda pelo modelo de substituição de importações e pelos investimentos estatais do chamado “milagre econômico”. No entanto, esse avanço é interrompido a partir de 1981, quando o país entra numa fase de forte recessão provocada pela crise da dívida externa e pelo fim do crescimento financiado por capital estrangeiro.

Durante os anos 1980, conhecidos como a “década perdida”, o gráfico mostra oscilações marcantes: após queda inicial, há uma recuperação entre 1983 e 1986, ligada ao Plano Cruzado e à tentativa de retomada econômica, seguida de nova instabilidade entre 1987 e 1990, refletindo a hiperinflação e os sucessivos fracassos dos planos de estabilização econômica.

A partir de 1992, há uma nova retomada da produção industrial, coincidente com o processo de estabilização monetária promovido pelo Plano Real (lançado em 1994). O gráfico indica que esse período trouxe alguma recuperação industrial, embora sem retomar os níveis de dinamismo anteriores. A abertura comercial dos anos 1990, a valorização cambial e o aumento da concorrência externa pressionaram a indústria nacional, o que ajuda a explicar o crescimento mais moderado e instável no fim da série.

Gráfico 3 - Indústria Geral Brasileira de janeiro de 2002 até janeiro de 2025.



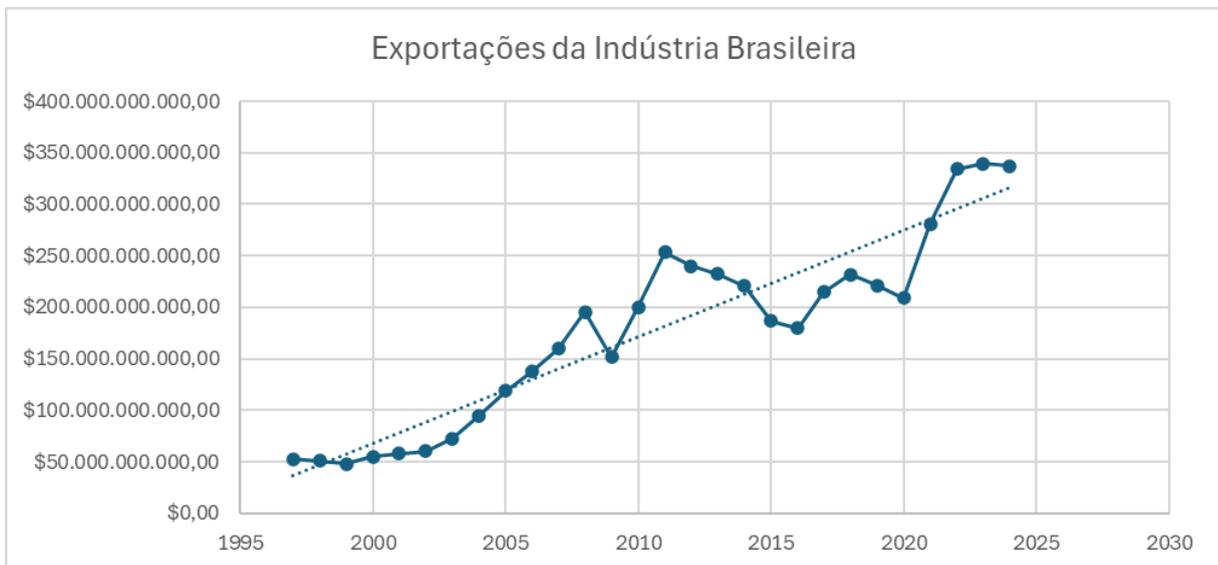
Fonte: IBGE, 2025.

Entre 2002 e 2008, observa-se uma clara fase de expansão, com o índice crescendo de modo constante, ainda que pontuado por oscilações sazonais, até o choque provocado pela crise financeira global que atingiu o fim de 2008 e início de 2009. Nesse período, a produção sofreu uma queda brusca, marcando uma forte contração da atividade industrial. Já de 2010 a 2013 ocorreu uma recuperação expressiva, ainda que o patamar de produção não retornasse completamente ao nível pré-crise, estabilizando-se logo abaixo desse pico. Em seguida, de 2014 a 2016, a indústria voltou a encolher de forma acentuada, em meio à crise política e econômica interna, chegando a níveis semelhantes aos do início dos anos 2000. Entre 2017 e 2019, iniciou-se uma lenta, porém modesta, recuperação, sem que os volumes de produção alcançassem os pontos mais altos anteriores. Em 2020, a pandemia de COVID-19 provocou nova queda abrupta, seguida de retomada rápida à medida que as atividades voltaram a ser liberadas.

A partir de 2021, o índice oscila em torno da base 100 (ano de 2022), revelando, após a reabertura pós-pandemia, um cenário de estabilidade com tendência levemente descendente, sinalizando pouco dinamismo e sugerindo estagnação. Ao longo de todo esse período, as oscilações sazonais são constantes, refletindo a natureza cíclica da produção industrial e sua alta sensibilidade tanto a choques externos quanto a crises internas.

O gráfico 3 revela uma indústria com alta sensibilidade a crises (tanto externas quanto internas). Com pouco dinamismo nos últimos anos, mesmo após a reabertura pós-pandemia, sugerindo um cenário de estagnação industrial. Além de claro, ter a presença de oscilações sazonais (alta e baixa ao longo dos anos) são constantes, refletindo a natureza cíclica da produção industrial.

Gráfico 4 - Exportações da Indústria Brasileira.



Fonte: Comex Stat (do Governo Federal), 2025.

Já em relação às exportações da indústria brasileira, podemos ver a sua entre 1997 e 2024 evidencia as principais fases de crescimento, crise e recuperação enfrentadas pelo setor ao longo das últimas décadas. A trajetória ascendente observada entre 1997 e 2008 revela um período de forte expansão, no qual as exportações industriais aumentaram significativamente, saindo de valores em torno de US\$50 bilhões para quase US\$190 bilhões. Esse crescimento está relacionado a um ambiente de estabilidade econômica interna após o Plano Real, à alta demanda internacional por produtos brasileiros, especialmente da China, e ao dinamismo de setores industriais como o metalúrgico, automotivo e alimentício.

A crise financeira internacional de 2008 interrompeu essa tendência positiva, provocando uma queda abrupta nas exportações industriais em 2009, que recuaram para aproximadamente US\$150 bilhões. Essa retração reflete a desaceleração da demanda global e a instabilidade dos mercados internacionais. Contudo, em 2010, o setor apresenta uma recuperação rápida, com os valores voltando a crescer e atingindo cerca de US\$250 bilhões, impulsionados pela retomada gradual da economia mundial e pela valorização das commodities exportadas pelo Brasil.

A partir de 2011, observa-se um período prolongado de declínio e estagnação, com as exportações industriais caindo gradualmente até 2016, ano em que os valores se aproximam de US\$170 bilhões. Esse desempenho está diretamente ligado à crise econômica e política interna vivenciada pelo país, à perda de competitividade da indústria nacional, à retração da

demanda externa e à ausência de uma política industrial eficaz que promovesse inovação e diversificação. Entre 2017 e 2019, há uma leve recuperação, mas sem que os patamares anteriores à crise fossem retomados, evidenciando as dificuldades de sustentação do crescimento industrial.

O ano de 2020 marca uma nova queda acentuada, provocada pelos efeitos da pandemia da COVID-19, que resultou no fechamento de fronteiras, paralisação das cadeias produtivas globais e redução do comércio internacional. No entanto, a partir de 2021, há uma recuperação intensa, com as exportações industriais brasileiras ultrapassando os US\$350 bilhões, atingindo um patamar recorde que se mantém até 2024. Esse desempenho está associado à retomada econômica global, à elevação dos preços internacionais dos produtos exportados, à desvalorização cambial que favoreceu a competitividade dos produtos brasileiros e à reativação das cadeias produtivas globais.

É demonstrado então que as exportações industriais do Brasil são fortemente influenciadas por choques externos e pelo contexto macroeconômico interno. A sensibilidade do setor às crises revela a importância de estratégias de longo prazo que fortaleçam a base produtiva nacional, aumentem o valor agregado das exportações e promovam maior estabilidade e previsibilidade na política industrial. Nesse sentido, o comportamento recente das exportações industriais aponta para uma janela de oportunidade que deve ser aproveitada com políticas públicas voltadas à inovação, diversificação produtiva e integração às cadeias globais de valor.

## 4.2 Tabelas

Tabela 1 - Número médio de pessoal ocupado no ano em empresas industriais com 5 ou mais pessoas ocupadas.

Ano	Total	Indústrias Extrativas	Indústrias de Transformação
1996	5.114.325	94.897	5.019.428
1997	5.064.345	88.012	4.976.334
1998	4.960.689	85.754	4.874.935
1999	4.991.472	86.736	4.904.736
2000	5.280.925	92.267	5.188.658

<b>Ano</b>	<b>Total</b>	<b>Indústrias Extrativas</b>	<b>Indústrias de Transformação</b>
2001	5.477.316	93.667	5.383.649
2002	5.614.606	98.243	5.516.363
2003	6.156.814	102.835	6.053.979
2004	6.255.632	110.276	6.145.355
2005	6.432.239	116.969	6.315.271
2006	6.709.395	125.894	6.583.501
2007	7.095.225	139.782	6.955.444
2008	7.221.925	147.578	7.074.348
2009	7.330.487	155.798	7.174.689
2010	7.820.885	165.470	7.655.415
2011	8.178.629	186.868	7.991.761
2012	8.301.796	207.752	8.094.044
2013	8.439.867	215.276	8.224.591
2014	8.444.849	218.241	8.226.608
2015	8.239.988	203.794	8.036.194
2016	8.750.215	187.129	8.563.086
2017	7.927.509	182.290	7.745.219
2018	7.218.740	181.340	7.037.400
2019	7.173.628	180.889	6.992.739
2020	7.161.301	191.715	6.969.586
2021	7.560.732	202.872	7.357.860
2022	7.787.936	215.376	7.572.560
2023	8.036.429	230.871	7.805.558

Fonte: IBGE, 2025.

A tabela 1 apresenta a evolução do número médio de pessoas ocupadas nas empresas industriais brasileiras com cinco ou mais empregados, entre os anos de 1996 e 2023, com base

nos dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA-Empresa) do IBGE. Os dados estão desagregados entre as indústrias extrativas e as indústrias de transformação, possibilitando uma visão mais detalhada da composição do emprego industrial ao longo do período analisado.

Observa-se um crescimento significativo no número total de pessoas ocupadas no setor industrial até 2014, ano em que o emprego industrial atinge seu pico, superando a marca de 8,4 milhões de trabalhadores. A partir de 2015, no entanto, inicia-se um ciclo de retração, refletindo os efeitos da crise econômica e política enfrentada pelo país. Esse movimento de queda persiste até 2018, quando o número de empregos industriais recua para cerca de 7,2 milhões.

Nos anos seguintes, verifica-se uma tendência de recuperação gradual, mesmo diante das adversidades trazidas pela pandemia da COVID-19 em 2020. Em 2023, o número de pessoas ocupadas volta a se aproximar dos níveis observados antes da crise de 2015, superando novamente a marca de 8 milhões de empregos no setor industrial. Além disso, a série revela um crescimento mais contínuo no segmento das indústrias extrativas, embora este represente uma fração menor do total.

Esses dados reforçam a importância da indústria na geração de empregos formais no Brasil, mas também evidenciam sua vulnerabilidade a choques econômicos e a importância das políticas públicas de estímulo ao setor produtivo para garantir sua capacidade de geração de empregos.

---

## **5 REINDUSTRIALIZAÇÃO E O PLANO NOVA INDÚSTRIA BRASIL**

Em resposta aos desafios impostos pela desindustrialização, o governo brasileiro introduziu o plano Nova Indústria Brasil. Esta iniciativa visa reverter o declínio do setor manufatureiro, concentrando-se em dois objetivos principais: interromper o processo de desindustrialização e promover a produtividade e a transformação digital entre micro, pequenas e médias empresas por meio do Programa Brasil Mais Produtivo. O plano enfatiza a importância de apoiar setores críticos da economia, visando reconectar o Brasil às suas raízes industriais.

A fase inicial do plano Nova Indústria Brasil concentra-se em 23 setores considerados essenciais para o rejuvenescimento industrial do Brasil, incluindo produção de alimentos, têxteis e equipamentos de TI, entre outros. Ao concentrar-se nessas diversas indústrias, o plano busca modernizar e aumentar a produtividade, criando, em última análise, um cenário industrial mais resiliente e competitivo.

Estudos recentes de economistas brasileiros, como Adalmir Antonio Marquetti e Pedro Cezar Dutra Fonseca, fornecem insights críticos sobre as mudanças estruturais na economia brasileira ao longo do último século(CAFARDO, 2024). Suas pesquisas descrevem estratégias para a reindustrialização, enfatizando a necessidade de abordar os fatores sistêmicos que contribuem para a desindustrialização. Eles argumentam que entender o contexto histórico dessas mudanças econômicas é essencial para formular políticas eficazes para restaurar a vitalidade industrial no Brasil.

Podemos reparar no artigo de Marcos Toscano e Daniel Colombo que a estratégia de reindustrialização do Brasil foca em vários setores-chave que são considerados essenciais para aumentar a produtividade e reduzir o impacto ambiental. Entre eles, destacam-se as indústrias tecnologicamente sofisticadas, pois espera-se que elas impulsionem ganhos significativos de produtividade, sendo menos prejudiciais ao meio ambiente. Esses setores incluem máquinas e equipamentos, veículos automotores, equipamentos de transporte, produtos químicos e farmacêuticos, máquinas elétricas, equipamentos médicos, ópticos e de precisão, bem como equipamentos eletrônicos e de comunicação.

Apesar da importância da manufatura, o setor tem experimentado um declínio notável em sua participação na economia. De representar 15,3% do valor total adicionado em 2000, a contribuição da indústria de manufatura caiu para 12,3% em 2020. Em contraste, a agricultura e as indústrias extrativas aumentaram sua participação no PIB de 6,9% para 9,5% durante o mesmo período. Essa tendência ressalta a urgência da reindustrialização como parte da estratégia econômica de longo prazo do Brasil.

Dito isso, o agronegócio desempenha um papel vital na estratégia de reindustrialização do Brasil, fortemente apoiado por políticas de crédito rural que fornecem fundos públicos subsidiados para grandes culturas como soja, café e cana-de-açúcar. Essa espinha dorsal agrícola dá suporte ao setor de manufatura ao gerar demanda por bens e serviços industriais relacionados.(SANTARCÁNGELO, 2019)

A reindustrialização do Brasil enfrenta uma infinidade de desafios que decorrem de fatores internos e externos. Esses desafios foram amplificados pela instabilidade política e políticas econômicas que muitas vezes falharam em se alinhar às necessidades do setor industrial.

Seguindo em frente, espera-se que os esforços de reindustrialização do Brasil se concentrem em setores que ofereçam maior valor agregado e maior eficiência ambiental. Essa abordagem não só ajudará na recuperação de investimentos públicos e privados, mas também aumentará a capacidade da nação para o crescimento econômico sustentável. A ênfase em vincular a reindustrialização à sustentabilidade reflete um reconhecimento da atual emergência climática global e apresenta uma oportunidade para o Brasil alavancar seus recursos minerais críticos em um cenário internacional em constante mudança.

A reindustrialização efetiva requer um ambiente macroeconômico propício. Para o Brasil, isso significa manter uma taxa de juros real abaixo da taxa de retorno do capital fixo, juntamente com uma taxa de câmbio competitiva. No entanto, a integração financeira subordinada do país restringiu a capacidade de implementar políticas que estimulem o investimento produtivo e a demanda agregada. Consequentemente, políticas industriais bem-sucedidas devem se alinhar com estratégias macroeconômicas para construir a confiança do investidor e encorajar decisões de financiamento de longo prazo.

Manter o ímpeto nos esforços de reindustrialização do Brasil é crucial, particularmente em ciclos políticos variados. A estabilidade política é essencial para o comprometimento com metas de longo prazo; no entanto, o cenário político atual apresenta obstáculos significativos. A oposição, particularmente no Congresso, tem mostrado tendências a minar iniciativas governamentais, especialmente durante anos eleitorais, complicando a implementação de políticas industriais destinadas a promover o crescimento e o desenvolvimento.

Uma parcela substancial das indústrias brasileiras é caracterizada por práticas e maquinários ultrapassados, resultando em baixa produtividade. Essa resistência à modernização pode dificultar a adoção de práticas sustentáveis e inovação necessárias para uma reindustrialização bem-sucedida. Liderança persuasiva é necessária para encorajar as partes interessadas a abraçar a transformação e reconhecer os benefícios de longo prazo dessas mudanças. Além disso, as indústrias que tradicionalmente dependem de métodos estabelecidos podem resistir à adoção de novas tecnologias ou práticas, representando uma barreira adicional ao progresso. (MAIA; MAIA, 2019)

O processo de reindustrialização também enfrenta críticas por não abordar adequadamente as disparidades regionais. As políticas econômicas existentes são frequentemente formuladas em nível nacional sem considerar a heterogeneidade dos cenários industriais regionais. Como resultado, medidas destinadas a impulsionar a industrialização podem inadvertidamente exacerbar as desigualdades ao negligenciar as necessidades específicas de regiões subdesenvolvidas. Por exemplo, políticas que favorecem a depreciação da moeda nacional

para aumentar a competitividade podem restringir ainda mais o crescimento industrial em regiões dependentes de bens de capital importados. O movimento de indústrias intensivas em mão de obra de regiões avançadas para menos desenvolvidas, embora benéfico em alguns contextos, pode não proporcionar crescimento equitativo em todas as áreas. (DE BORJA REIS, 2023).

---

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, foi possível compreender que o processo de desindustrialização no Brasil não se trata de um fenômeno isolado ou recente, mas sim de um movimento estrutural que vem se consolidando desde o final do século XX, intensificando-se nas últimas décadas.

Essa trajetória foi impulsionada por uma série de fatores inter-relacionados, como: a) a abertura comercial desordenada; b) a valorização excessiva da moeda; c) a desarticulação das políticas industriais; c) além de transformações estruturais na economia global que deslocaram parte da produção para países com custos mais competitivos, o chamado fenômeno da realocização.

Por outro lado, é evidenciado que, embora o Brasil tenha sofrido perdas significativas na sua base industrial, o debate sobre a reindustrialização voltou à agenda econômica e política, especialmente diante dos desafios impostos pelas crises recentes, pela pandemia e pela crescente demanda por modelos produtivos mais sustentáveis. Isso demonstra que, embora o país tenha enfrentado um processo contínuo de enfraquecimento industrial, ainda há espaço e potencial para a retomada de uma trajetória de desenvolvimento baseado na indústria.

A análise histórica, econômica e social realizada, com recorte temporal entre 2002 e 2025, mostrou que os ciclos de expansão e retração da atividade industrial brasileira estão profundamente conectados a fatores tanto internos quanto externos. Internamente, destacam-se as falhas na formulação de uma política industrial consistente e a ausência de uma estratégia nacional de desenvolvimento de longo prazo.

Externamente, os efeitos da globalização, das crises econômicas internacionais e das mudanças tecnológicas impuseram desafios adicionais, exigindo que o Brasil se adaptasse rapidamente a um cenário altamente competitivo.

As experiências internacionais analisadas, especialmente de países em desenvolvimento que adotaram estratégias bem-sucedidas de fortalecimento industrial, reforçam que a

combinação entre investimentos em ciência, tecnologia e inovação, políticas públicas bem estruturadas, integração às cadeias globais de valor e desenvolvimento de capital humano é determinante para promover um ambiente favorável à reindustrialização.

Diante desse cenário, fica claro que a retomada do crescimento industrial no Brasil precisa estar necessariamente alinhada aos princípios da sustentabilidade ambiental, da inovação tecnológica e da inclusão social. Isso significa pensar uma indústria que não apenas gere crescimento econômico, mas que também seja capaz de responder às demandas da transição energética, da transformação digital e da redução das desigualdades sociais e regionais.

Portanto, a reindustrialização do Brasil não pode ser encarada como uma simples retomada do modelo tradicional de produção. Ela deve ser pensada como uma oportunidade de transformação estrutural, capaz de gerar empregos de qualidade, ampliar o valor agregado dos produtos nacionais, fortalecer a soberania econômica e inserir o país de maneira mais competitiva e sustentável no cenário global.

Por fim, este trabalho conclui que, embora os desafios sejam expressivos, há caminhos possíveis e viáveis para o fortalecimento da indústria brasileira. Eles passam necessariamente por uma articulação eficiente entre Estado, setor produtivo, instituições de pesquisa e sociedade, na construção de uma estratégia de desenvolvimento industrial que seja robusta, inclusiva e sustentável, capaz de garantir um futuro econômico mais próspero e resiliente para o Brasil.

---

## REFERÊNCIAS

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **40 anos de desindustrialização**. *Jornal do Economista*, p. 3-5, 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; NASSIF, André; FEIJÓ, Carmem. **A reconstrução da indústria brasileira: a conexão entre o regime macroeconômico e a política industrial**. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 36, p. 493-513, 2016.

CAFARDO, Pedro. **A tip from academia for industrial recovery**. *valorinternational.globo.com*, 2024. Disponível em: (<https://valorinternational.globo.com/commentary/columnists-pedro-cafardo/commentary/a-tip-from-academia-for-industrial-recovery.ghtml>). Acesso em: 03 jan. 2025.

CANO, Wilson. **A desindustrialização no Brasil**. Economia e sociedade, v. 21, p. 831-851, 2012.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica**. Quarta Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

COLISTETE, Renato Perim. **O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil**. Estudos avançados, v. 15, p. 21-34, 2001.

DE BORJA REIS, Cristina Fróes et al. **“Pacto pela Indústria”: Reindustrialization Opportunities in the Great ABC Region, Brazil**. In: Digital Transformation, Perspective Development, and Value Creation. Routledge, 2023. p. 177-192.

DORÉ, Natalia I.; TEIXEIRA, Aurora AC. **Brazil’s economic growth and real (div) convergence from a very long-term perspective (1822-2019): An historical appraisal**. Brazilian Journal of Political Economy, v. 42, p. 934-956, 2022.

FEIJÓ, Carmem; FEIL, Fernanda; TEIXEIRA, Fernando Amorim. **Reindustrialization in the sustainable development convention**. Brazilian Journal of Political Economy, v. 44, n. 4, p. e243626, 2024.

FERNANDES, Luis; GARCIA, Ana; CRUZ, Paula. **Desenvolvimento desigual na era do conhecimento: a participação dos BRICS na produção científica e tecnológica mundial**. Contexto internacional, v. 37, p. 215-253, 2015.

FERRAZ JR. **Processo de desindustrialização no Brasil se acentua**. jornal.usp.br, 2016. Disponível em: (<https://jornal.usp.br/atualidades/processo-de-desindustrializacao-no-brasil-se-acentua/>). Acesso em: 27 abr. 2025.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Companhia das Letras, 2020.

GREENSTEIN, Joshua. **New patterns of structural change and effects on inclusive development: A case study of South Africa and Brazil**. WIDER Working Paper, 2015.

GOVERNO FEDERAL. **Governo Federal lança "Nova Indústria Brasil"**. gov.br, 2024. Disponível em:

(<https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2024/janeiro/governo-federal-lanca-nova-industria-brasil>). Acesso em: 01 fev. 2024.

HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. **Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil**. Brazilian Journal of Political Economy, v. 37, p. 189-207, 2017.

IASCO-PEREIRA, Hugo C.; MORCEIRO, Paulo César. **Industrialization and deindustrialization: an empirical analysis of some drivers of structural change in Brazil, 1947-2021**. Brazilian Journal of Political Economy, v. 44, p. e243645, 2024.

KUBOTA, Luis Claudio. **BRICS cooperation in science, technology and innovation: progress to be shown**. 2020.

LABRUNIE, Mateus. **A nova política industrial brasileira: três fontes de otimismo e três pontos de cautela**. <http://www.ciip.group.cam.ac.uk>, 2024. Disponível em: (<https://www.ciip.group.cam.ac.uk/a-nova-politica-industrial-brasileira-tres-fontes-de-otimismo-e-tres-pontos-de-cautela/>). Acesso em: 03 jan. 2025.

MAGALHÃES, Luís Carlos Garcia de et al. **Desindustrialização e mudança na estrutura de classes no Brasil: evidências a partir das pesquisas domiciliares no período 2002-2015**. 2023.

MAIA, Bento Antunes de Andrade. **Há desindustrialização no Brasil? Um estudo da abordagem clássica e de análises alternativas entre 1998 e 2014**. Economia e Sociedade, v. 29, n. 2, p. 549-579, 2020.

MAIA, Bento Antunes de Andrade; MAIA, Alexandre Gori. **Sector dynamics and productive specialization in the Brazilian manufacturing industry between 1998 and 2014**. Revista Brasileira de Inovação, v. 18, n. 01, p. 121-156, 2019.

MARQUES, Fabrício. **Industrial policy retakes the spotlight**. [revistapesquisa.fapesp.br](http://revistapesquisa.fapesp.br), 2023. Disponível em: (<https://revistapesquisa.fapesp.br/en/industrial-policy-retakes-the-spotlight/>). Acesso em: 03 jan. 2025.

MONTGOMERY, Richard Murdoch. **The Industrialization of Brazil: An Economical Historical Analysis until Modern Times**. 2024.

MORCEIRO, Paulo César. **Influência metodológica na desindustrialização brasileira.** Brazilian Journal of Political Economy, v. 41, p. 700-722, 2021.

NASSIF, André; MORCEIRO, Paulo César. **Industrial policy for prematurely deindustrialized economies after the Covid-19 pandemic crisis: Integrating economic, social and environmental goals with policy proposals for Brazil.** Niterói: Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Economia, Textos para Discussão, v. 351, 2021.

OSAKABE, Marcelo. **Brazil falls in manufacturing industry ranking.** valorinternational.globo.com, 2023. Disponível em: (<https://valorinternational.globo.com/economy/news/2023/07/13/brazil-falls-in-manufacturing-industry-ranking.ghtml>). Acesso em: 03 jan. 2025.

SALERNO, Mario. **A política industrial, tecnológica e de comércio exterior do governo federal.** Parcerias Estratégicas., n. 19, p. 13-35, 2004.

SANTARCÁNGELO, Juan Eduardo (Ed.). **The Manufacturing Sector in Argentina, Brazil, and Mexico: Transformations and Challenges in the Industrial Core of Latin America.** Springer, 2019.

SILVA, José Alderir. **A questão da desindustrialização no Brasil.** Revista Economia & Tecnologia, Curitiba, v. 10, n. 1, p. 45-75, 2014.

THE REINDUSTRIALIZATION OF BRAZIL THROUGH THE NOVA INDÚSTRIA BRASIL PLAN. **The reindustrialization of Brazil through the Nova Indústria Brasil plan.** latamfdi.com, 2024. Disponível em: (<https://latamfdi.com/nova-industria-brasil-plan/>). Acesso em: 03 jan. 2025.

TOSCANO, Marcos; COLOMBO, Daniel. **Retomada das políticas industrial e de inovação no Brasil.** ipea.gov.br, 2024. Disponível em: (<https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/400-dez-meses-de-retomada-das-politicas-industrial-e-de-inovacao-no-brasil-principais-avancos-e-desafios>). Acesso em: 30 jan. 2025.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados.** Editora José Olympio, 2011.

WENTZEL, Marina. **Brasil passa por desindustrialização precoce, aponta pesquisa da ONU.** bbc.com, 2016. Disponível em: (<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37432485>). Acesso em: 20 abr. 2025.

GUSTAVO HENRIQUE GOMES NEVES

**O PROCESSO DA REINDUSTRIALIZAÇÃO NA ECONOMIA BRASILEIRA: uma  
análise macroeconômica**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Ciências  
Econômicas do Campus Agreste da  
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE,  
na modalidade de monografia, como requisito  
parcial para a obtenção do grau de bacharel em  
Ciências Econômicas.

Aprovado em: 08/08/2025

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Marcio Miceli Maciel de Sousa (Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. José Valdecy Guimarães Júnior (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Me. José Cícero de Castro (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco